

O ENSINO DE PAISAGISMO NA FAUUSP
E A FIGURA DE MIRANDA MAGNOLI

MIRANDA MAGNOLI AND THE
DEVELOPMENT OF LANDSCAPE
PLANNING AND DESIGN AT FAUUSP

Silvio Soares Macedo

*Professor titular da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: ssmduck@usp.br*

DEPOIMENTOS

RESUMO

Este artigo trata do processo de construção teórica e metodológica da área de Paisagismo da FAUUSP pela professora Miranda Maria Esmeralda Martinelli Magnoli, no período de 1972 a 1989, no qual desenvolveu intensa atividade docente e de pesquisa, tanto na graduação como na pós-graduação, e estabeleceu com sua equipe de professores pesquisadores os pressupostos teóricos do paisagismo brasileiro – processo que resultou, em 2006, no maior grupo de ensino e pesquisa do país.

Palavras-chave: Ensino, paisagismo, universidade.

ABSTRACT

This paper focuses on the development of the concepts and the methodology for the studies of the brazilian landscape architecture and planning by professor Miranda Maria Esmeralda Martinelli Magnoli and her team between 1975-1989 at FAUUSP.

Key words: Education, landscape architecture, university.

O ENSINO DE PAISAGISMO NA FAUUSP E A FIGURA DE MIRANDA MAGNOLI

MIRANDA MAGNOLI AND THE DEVELOPMENT OF LANDSCAPE PLANNING AND DESIGN AT FAUUSP

Pode-se dizer, com certeza, que o ensino e o entendimento do Paisagismo no Brasil passa por uma ruptura radical a partir do trabalho desenvolvido por Miranda Magnoli na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), a partir dos anos 1970. Nessa década, a professora assume, primeiramente ao lado de Antonio Augusto de Azevedo Antunes e Antonio Rittes Garcia, e depois com uma equipe especialmente escolhida, a responsabilidade de ministrar a disciplina no curso de graduação da Escola. É a partir de seu trabalho e, principalmente, dos conceitos por ela desenvolvidos e aplicados nas disciplinas de sua responsabilidade, que grandes mudanças se efetivam e o Paisagismo deixa de ser uma disciplina isolada e acessória do curso de Arquitetura e Urbanismo para se tornar uma área de conhecimento consistente e matéria de peso no universo projetual da faculdade.

Até então, no Brasil em geral, e na USP em particular, a disciplina tinha seu foco na concepção de jardins e era literalmente “odiada” pela maioria dos alunos, que a consideravam extremamente cosmética; uma matéria na qual se aprendia a fazer jardins e nomes complicados de plantas, e os professores eram denominados jocosamente de jardineiros e plantadores de vasos.

A disciplina era única até então e estava, no início dos anos 1970, totalmente desprestigiada na Escola. Em 1971 o aluno podia escolher entre fazer Paisagismo ou Planejamento Urbano – disciplinas que compartilhavam o mesmo horário. A disciplina de Paisagismo era oferecida somente em semestres ímpares, sendo nos semestres pares ministradas disciplinas optativas de Paisagismo para aqueles que já haviam cursado a matéria. Geralmente, essas disciplinas eram freqüentadas por poucos alunos, os quais tinham, então, a chance de aprofundar seus conhecimentos em não mais de dois títulos de disciplinas. Foram alunos daquelas disciplinas optativas, que duraram não mais de dois anos, os paisagistas Benedito Abbud e Sun Alex, entre outros.

A matéria era, apesar dessa situação precária, tradicional na FAUUSP, tendo sido ministrada por quase duas décadas pelo paisagista norte-americano Roberto Coelho Cardozo. Este, apesar de seu papel fundamental na constituição do paisagismo moderno brasileiro e, sobretudo, paulistano, nunca se preocupou em fazer uma carreira universitária consistente, nem em implementar a disciplina no curso. Na FAUUSP, na década de 1960, foram desenvolvidas as áreas de Planejamento Urbano e Regional, de Desenho Industrial e de Programação Visual pelos professores Lauro B. Birkholz, Lucio Grinover e Élide Monzeglio, entre outros, todas devidamente apoiadas pela Escola, enquanto o Paisagismo foi gradativamente tendo seu papel minimizado a ponto de só não desaparecer de vez pela ação do professor Birkholz, que ofereceu a chance de compartilhamento de disciplinas com Planejamento Urbano, o Paisagismo ocupando o espaço de uma disciplina de Planejamento na grade curricular, agregando-se como disciplina da seqüência de disciplinas ou grupo de Planejamento Urbano e Regional.

Roberto Coelho Cardozo, como muitos outros professores arquitetos e paisagistas, até estes primeiros anos do século XXI era um profissional de prancheta que, mesmo sendo um professor de qualidade, não tinha interesse em ter vínculos estreitos com a universidade nem em criar uma equipe sólida de trabalho, que continuasse suas atividades e pensamentos na Escola. As matérias ministradas por Cardozo eram focadas, essencialmente, na formulação de jardins ou de espaços públicos ajardinados; tinham um caráter estritamente projetual e pouco se preocupava em desenvolver uma base conceitual sólida com os alunos, como em muitas das disciplinas práticas daqueles tempos. Em seus programas de ensino, apareciam projetos como o da praça Roosevelt em São Paulo, para a qual Cardozo desenvolveu uma proposta urbanístico-paisagística, jardins de estúdios e terraços de apartamentos e pequenas praças, caracterizando-se, enfim, como uma disciplina de caráter bastante complementar ao curso de arquitetura.

Nas décadas de 1950 e 1960, o trabalho do paisagista no país era basicamente centrado na construção de jardins e parques sofisticados para as elites, tanto para os palácios do Estado como para mecenas da alta sociedade, que encomendavam projetos especiais para arquitetos e paisagistas, como se encomendavam obras de arte para artistas plásticos de renome.

Naquele tempo arquitetura era considerada obra de arte pela maioria e o acesso ao trabalho de arquitetos e paisagistas era restrito a poucos, e assim poucos, muito ricos e poderosos eram os clientes, tanto do grande paisagista brasileiro da época, Roberto Burle Marx, como os de Cardozo e de seu contemporâneo Waldemar Cordeiro, os quais desenvolveram importante trabalho na capital paulistana e arredores.

Praticamente somente a cidade do Rio de Janeiro contava com uma estrutura eficiente de produção de espaços livres públicos, enquanto na capital paulista apenas no final da década de 1960, graças ao trabalho pioneiro de Rosa G. Kliass e da própria Miranda, criaram-se bases para a estruturação de um departamento de parques e jardins local, que implementou a modernização do pensamento e dos métodos de concepção de projetos paisagísticos públicos.

Nesse contexto se deu a formação de Miranda que, trabalhando tanto como arquiteta de edifício como com paisagismo, no caso com Cardozo e Kliass, sua contemporânea nos bancos escolares, acabou finalmente em 1964 ingressando na FAUUSP, como auxiliar do professor de projeto de arquitetura Abelardo de Souza, passando nos anos 1970 a lecionar exclusivamente Paisagismo.

Naquele início de década, quando Miranda se envolveu definitivamente com a disciplina, Cardozo já havia deixado a Escola e o país, indo residir na Inglaterra com a família, e seus parceiros Rittes e Antunes acabaram se retirando também da disciplina, primeiro Antunes, que se dedicou à pintura e depois Rittes, o qual se transferiu para a seqüência de disciplinas de Projeto de Arquitetura.

A disciplina já passava por algumas mudanças em seus conteúdos, e em 1974, a então denominada AUP 0202 – Paisagismo: Introdução, propunha em seus procedimentos a análise de trechos de bairros paulistanos e exigia dos alunos propostas de ação sobre os espaços livres públicos e privados, em um embrião do que viria a ser feito ao final da década de 1970.

A Grande Mudança e a Formação de uma Equipe

Em 1975, a equipe de Paisagismo se limitava a Miranda e Rittes e contava com a contribuição como colaborador/monitor voluntário do recém-formado arquiteto Silvio Soares Macedo, já que Antunes havia se retirado no ano anterior.

Muitas decisões foram tomadas. A primeira delas, estrutural na inserção da disciplina no curso, foi de sua transferência do 4º ano do curso para o 1º semestre do 1º ano, na medida em que

se desejava desmistificar o entendimento corrente na Escola e apregoado, especialmente por professores de outras disciplinas, da superficialidade do assunto e dos conteúdos da disciplina, estritamente voltado ao ensino da vegetação.

Mudar o Paisagismo para o 1º ano significava iniciar um trabalho de base, entre os alunos, sobre o papel do Paisagismo, que deveria ser visto, a partir de então, como um assunto fundamental na formação do arquiteto e urbanista e não mais como uma temática complementar. A mudança de postura foi um fato fundamental, como foi, a partir de 1976, a criação de uma equipe de professores interessados, voltada para a introdução de novos métodos de ensino estruturados na nova base conceitual adotada, alicerçada na figura espaço livre de edificação.

Entendia-se, como foi imediatamente confirmado na prática, que alunos jovens, recém-ingressantes, eram mais abertos a novas colocações e livres dos preconceitos contra a disciplina, constantemente insinuados por professores e colegas mais velhos. O aluno novo na Escola vinha, como sempre virá, pronto para receber novos conhecimentos e com pouco ou nenhum preconceito extremamente arraigado, que, caso existam, são extremamente frágeis e inconsistentes, sendo modificados com facilidade, na medida em que os novos conhecimentos sejam estruturados por bases teóricas e éticas consistentes.

O ano de 1975 foi o da mudança da disciplina para o 1º ano e esta foi um sucesso perante os alunos ingressantes, que viram na matéria assuntos importantes para sua formação como arquitetos e urbanistas e dedicaram-se, de uma maneira inusitada até então, ao Paisagismo, mostrando aos professores, ainda um tanto receosos de possíveis confrontos, bastante freqüentes no passado recente, do acerto de suas decisões e posturas.

A mudança de objetos de estudo e projeto, que passaram a ser, então, os espaços livres urbanos e a paisagem da cidade, ao invés de plantas e belos jardins, não foi uma mera estratégia de ensino dos professores, mas a reflexão do amadurecimento teórico e conceitual de Miranda que, naquela época, já acumulava uma experiência projetual de porte (era proprietária, inclusive, de um conceituado escritório de paisagismo na cidade) e uma base teórica sólida, derivada essencialmente de um intenso e autodidata processo de estudos, visando à compreensão da paisagem e do paisagismo do ponto de vista dos arquitetos e urbanistas.

Desde o final dos anos 1960, ela já tinha a percepção que existia algo de pouco consistente no entendimento corrente, que o Paisagismo seria uma matéria baseada na concepção e construção de jardins, e esse momento foi o escolhido para começar a introduzir suas novas idéias. Partia de um raciocínio lógico, abrangente, indicando que o jardim seria um dos objetos de ação dos paisagistas — naquele tempo era praticamente este o único objeto de trabalho profissional dos poucos paisagistas em ação no Brasil, como Roberto Burle Marx e a própria Miranda.

Para isso, utilizou como referências os estudos de paisagistas americanos como Halprin e Eckbo, de geógrafos nacionais como Aziz Ab'Saber, de ambientalistas em evidência como Paulo Nogueira Neto, e muitos outros autores, sempre buscando uma visão interdisciplinar e, portanto, abrangente, de modo a construir uma linha própria de entendimento teórico de sua área de conhecimento.

Nos anos 1980 manteve intenso diálogo com Milton Santos, fortalecendo seu pensamento e influenciando extremamente o desenvolvimento das teorias do colega sobre a questão da paisagem.

Buscava e encontrou uma estrutura teórica para o paisagismo nacional, livrando-o dos ícones consagrados até então e conferindo a ele uma dimensão socialmente abrangente. O primeiro passo foi a alteração do objeto de estudo, passando a ser o que Miranda denominou espaços livres de edificação e de urbanização, os quais definiram precisamente o escopo do trabalho do paisagismo, utilizando como base os conceitos de espaços livres já de certo uso, no meio dos

arquitetos, bastante influenciados pelo estudo de autores como Kevin Lynch e Gordon Cullen, que valorizavam os estudos visuais da paisagem urbana e de seus espaços livres.

Esse termo era, como ainda é, extremamente genérico para explicitar o escopo do trabalho da disciplina, e a adoção da nova denominação buscava redimir qualquer tipo de dúvidas a respeito, como de fato foi feito. O entendimento do espaço livre como elemento de projeto dos arquitetos serviu para a expansão do campo de estudo e de trabalho de muitos arquitetos que, mesmo não entendendo nada do assunto, punham-se a tratar da matéria, aproveitando-se do significado vago que a palavra, por vezes, oferece e da necessidade premente que os arquitetos brasileiros sempre sentiram de expandir seu campo de atividades.

Não foi à toa que nos anos de 1960 e 1970 foram anexadas ao currículo da FAUUSP as matérias de Desenho Industrial, Comunicação Visual, e mesmo de Paisagismo e Planejamento Urbano e Regional, de modo que, aos alunos de seu curso, era ensinado que tudo era arquitetura, do desenho de uma logomarca ao plano de uma cidade.

Miranda deslocou o foco da disciplina: este é transferido dos jardins, em especial, e das áreas verdes, em geral, para todos os espaços livres de edificação da vida cotidiana da população, como as ruas, praças, quintais, terrenos baldios, parques e até mesmo os jardins. No periurbano e no não-urbano, o foco é colocado nos espaços livres de urbanização, isto é, aqueles ainda não ocupados pelas instalações urbanas, para os quais se discutiria a conveniência ou não de ocupação urbana e se a urbanização seria proposta dentro de critérios paisagísticos e ambientais. Esses procedimentos foram baseados, primeiramente, nas idéias de McHarg e seus contemporâneos, que lançam na época novos conceitos de avaliação e de ação sobre a paisagem, em especial a de caráter regional.

As primeiras mudanças foram feitas na então única disciplina obrigatória existente, a AUP 0202, que passou a tratar da leitura e compreensão da paisagem urbana, sendo dado ênfase ao estudo de bairros da cidade, sua configuração e uso de solo e nos usos de seus espaços livres. Era clara a interface com o desenho urbano, matéria nunca claramente estudada no Brasil, a não ser por poucos autores, como Vicente Del Rio e Maria Elaine Kolsdorff, e naquele momento não existente como matéria nem nominalmente na Escola.

O espaço livre era, já na época, objeto de trabalho de inúmeros arquitetos que, mesmo não entendendo do assunto, nem de Paisagismo, aventuraram-se, como ainda o fazem, no projeto de tais espaços, como praças e parques. Na metade do século XX, os arquitetos buscavam ampliar seus horizontes de trabalho e além do edifício, aventuravam-se nos campos do Urbanismo, Design Gráfico e Industrial, Paisagismo e muitas outras áreas.

Na disciplina e em seus novos conteúdos era evidente a preocupação de Miranda com a discussão da metrópole paulistana, que era evidenciada pela escolha do local de trabalho, agora não mais pequenos trechos urbanos ou quadras, mas sim trechos extensos da cidade, especialmente situados em áreas mais afastadas, como a então longínqua zona leste, em extensos trechos indo do Brás à Penha.

Para consolidar uma disciplina estrutural na Escola e já aceita como tal há cerca de uma década, mas não implementada por falta de interesse real de seus antecessores, Miranda julgou necessária a contratação de uma equipe de pelo menos cinco novos docentes, de modo que esta se emparelhasse em número com aquelas as quais operavam as demais disciplinas obrigatórias do Departamento de Projeto da Escola. Assim foi feito, com o apoio da diretoria da FAUUSP e da chefia do departamento.

A partir da entrada da equipe de novos professores em 1976, composta pela veterana paisagista Ayako Nishikawa, que tinha larga experiência de trabalho com Roberto Coelho Cardozo e Rosa Kliass, e que, na época, tinha escritório próprio; Eleonora Seligmann, arquiteta paisagista do

Departamento de Áreas Verdes da Prefeitura Municipal de São Paulo – Depave – trabalhava em sociedade com a paisagista Vera Ilse Cruz; Sun Alex, arquiteto formado em 1974, o qual tinha sido monitor de Paisagismo durante sua graduação na Escola e trabalhava na área desde sua formatura; da bióloga Maria Angela F. Pereira Leite e de Silvio Soares Macedo, arquiteto formado na mesma turma de Sun Alex, que já desenvolvia alguns estudos sobre paisagem urbana. As condições mínimas de trabalho, para a existência do Paisagismo na FAUUSP, estavam completas.

A condição para participação na equipe era que todos estivessem envolvidos, ao menos por meio período, com a faculdade e que fizessem pesquisa – e tal condição foi aceita por todos, os quais iniciaram nos anos seguintes seus mestrados, todos orientados por Miranda, exceto a professora Maria Angela, sendo orientada por Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, do curso de Geografia da USP.

Os Anos 1980 – Consolidação da Disciplina no Curso de Graduação ..

A construção da estrutura didática das disciplinas de Paisagismo foi um processo difícil, decorrente de intensas, longas e contínuas discussões, nas quais cada nova idéia era objeto de avaliação coletiva, cada conteúdo era cuidadosamente discutido e avaliavam-se as possibilidades de novos exercícios e disciplinas. As reuniões eram semanais e duravam de duas a três horas e eram conduzidas por Miranda, que direcionava todos os debates, por vezes acalorados, e a qual freqüentemente introduzia ou induzia novas idéias e temáticas, que refletiam sua inquietação constante e uma determinada disposição para não errar e buscar novos caminhos.

A década de 1980 foi um marco para todos, pois os novos alunos que chegavam vinham com uma forte disposição para o aprendizado de arquitetura; não eram mais os inconformados e contestadores dos anos 1970, mas jovens engajados na discussão de novos rumos para a arquitetura e para o país, para os quais o ato de projetar não era um libelo contra a ditadura repressiva; eram estudantes ansiosos por entender o desenho como ato de projeto, de conhecimento dos processos, fatos e da nova realidade do país como sua arquitetura, seu urbanismo e o seu paisagismo poderiam contribuir para os novos tempos.

Aos anos 1980 correspondeu também uma nova e radical organização das disciplinas, que foram reformuladas de modo a atingir de forma mais direta aos alunos e nas quais os exercícios longos e multifocados foram substituídos por um conjunto de pequenos exercícios gramaticais e, por um último, mais longo em duração e aplicado para toda a turma.

O termo exercício gramatical surge para designar um tipo de trabalho de curta duração, de não mais de duas ou três semanas, no qual o compromisso com a realidade é mínimo ou nenhum e tem-se o objetivo de, por meio de solicitações objetivas, desenvolver a compreensão do aluno sobre um aspecto específico de projeto, seja a noção de escala e dimensão de um parque, a espacialização de densidades em um território, o uso de vegetação ou a modelagem de um terreno. Sua estrutura e conceituação se opõem a um exercício tradicional de projeto no qual, na medida do possível, objetiva-se a simulação de uma ação real sobre um local existente.

Nesse tempo, já tinham sido introduzidas, no curso, três disciplinas optativas – AUP 0267 – Plantas e Projetos de Plantação, AUP 0271 – Parques: Projeto, e AUP 0265 – Paisagismo na Cidade (ainda existentes na grade da Escola em 2006), e iniciou-se ainda, de um modo embrionário, o lecionamento da AUP 0228 – Planejamento da Paisagem: Introdução, seguida da AUP 0230 – Planejamento da Paisagem: Desenho no Espaço Regional, ambas versando sobre planejamento paisagístico e ambiental, alocadas em horário noturno e quase apêndices em uma grade escolar muito congestionada. Essas novas disciplinas juntas tinham uma carga horária muito baixa, não mais de três horas/aula semanais, sendo efetivamente dadas no dobro do tempo, devido ao grande envolvimento de professores e alunos.

Essas introduziram, pela primeira vez no país, em uma escola de arquitetura, a discussão do planejamento paisagístico e ambiental e utilizaram como objeto de estudos as regiões entre Campinas e São Paulo, São José dos Campos, Jacareí e os municípios que compreendem a área de proteção ambiental da serra do Japi, todas áreas escolhidas por Miranda, com o aval da equipe. Objetivava-se introduzir aos alunos do 4º ano do curso fundamentos paisagísticos, que lhes permitisse, como arquitetos e urbanistas, distinguir quais espaços poderiam ou não ser ocupados pela urbanização em função de seus valores ambientais e paisagísticos, de modo a lhes fornecer um apoio mais amplo na vida profissional.

A implantação dessa disciplina foi bastante difícil para o corpo de professores, a maioria acostumada a estudar e projetar pequenos espaços urbanos, para os quais o domínio das grandes escalas era ainda um fato distante. Essa dificuldade era flagrante nas primeiras edições das matérias, as quais não ultrapassavam muito a fase de diagnóstico, fortemente embasadas nos métodos de levantamentos por *layers*, idealizados por Ian McHarg, que pareciam, naquela época, altamente eficientes para a equipe. No caso, mostrar aos alunos como entender a paisagem e seus elementos constituintes, como a hidrografia, a cobertura vegetal, a dimensão das manchas urbanas e seu potencial de crescimento – ações estas bastante distantes para os estudantes nas disciplinas de Planejamento, era uma vitória e marcava a presença do Paisagismo no ensino da escala do território, o qual, na faculdade, era exclusivamente apoiado em dados socioeconômicos e atributo exclusivo das disciplinas de planejamento urbano e regional.

Por outro lado, as mudanças na AUP 0220 e nas sucessoras AUP 0222 e AUP 224 (Paisagismo: Introdução e Paisagismo do Entorno das Edificações, respectivamente) foram bastante drásticas, sobretudo no tocante aos seus procedimentos didáticos, totalmente unificados. Anteriormente, cada professor era responsável, junto de seus alunos, pelo estudo de um bairro da cidade e cada uma de suas equipes deveria fazer uma ação paisagística de sua escolha sobre o setor que estava pesquisando. Percebeu-se uma grande dispersão de interesses e de foco na classe, pois cada equipe se preocupava, exclusivamente, com suas atividades, sem manifestar interesse pelo trabalho da equipe vizinha. Para o professor esse era um fato inconveniente, pois, para cada equipe, deveria oferecer um tipo de atendimento adequado ao seu objeto de estudos, que poderia ser um parque, uma praça, o redesenho de uma quadra inteira ou, até mesmo, o projeto de um pátio privado com seus jardins, sendo, portanto, muito difícil um envolvimento pleno de todos os alunos sob sua responsabilidade sobre um estudo comum.

Na FAUUSP desde os anos 1970, convencionou-se, devido a pouca disponibilidade de professores, que a cada turma de 150 alunos corresponderiam seis docentes, de modo a obter-se uma relação professor/aluno de 1:30, altíssima em relação às demais escolas do Brasil, e que praticamente inviabilizou a execução de trabalhos individuais, ao menos nas disciplinas obrigatórias. Já nas disciplinas optativas, conseguia-se manter relações menores de 1:20 e 1:15 e os trabalhos individuais se viabilizam com facilidade.

Decidiu-se, então, no início dos anos 1980, pela unificação dos trabalhos, que seriam os mesmos para todos os alunos e divididos em duas partes. A primeira se constituiu de um conjunto de exercícios gramaticais, em número de dois ou três, e depois uma etapa de trabalhos sobre um lugar real. Inicialmente o curso foi formatado em torno dos exercícios gramaticais e somente depois de alguns anos foi introduzida a segunda etapa.

O desenvolvimento dessas novas posturas foi favorecido pela chegada na equipe de Benedito Abbud, substituto de Eleonora Seligmann, que se retirou por incompatibilidade com a dinâmica de trabalho do grupo. Benê, como é conhecido por todos, era um profissional de excepcional qualidade, já proprietário de um escritório em franca expansão, fato este que levou a seu afastamento da Escola depois de poucos anos de atividades.

Abbud foi o responsável pela introdução de um dos mais importantes exercícios gramaticais desenvolvidos na época, denominado simplesmente de Vegetação que, a partir de uma maquete simples, levava os alunos ao entendimento do papel construtivo das plantas. O modelo era feito sobre uma base de isopor, sobre a qual eram criados espaços diversos somente com os volumes vegetais – árvores e arbustos – simplificados em volumes toscos, mas eficientes, sendo exigida a criação de, ao menos, três clareiras as quais viabilizariam os demais espaços, e apresentariam situações distintas ao usuário.

Outro exercício gramatical muito importante e interessante foi criado por Sun Alex, chamado pela equipe simplesmente de Areia, e destinava introduzir ao aluno a compreensão da modelagem do terreno, ao entendimento tátil das curvas de nível e a utilização da água. Esse exercício, como o anterior, foi aplicado durante toda a década e por alguns dos primeiros anos da década seguinte, e formavam uma trilogia visando introduzir ao estudante os fundamentos do projeto paisagístico. O aluno recebia uma caixa de areia, que deveria estar úmida e organizar planos de piso modelados na areia.

O terceiro exercício se destinava a mostrar ao aluno o papel das construções na configuração da paisagem urbana e teve várias formas, sendo ora feito com caixas de fósforos, representando unidades habitacionais, ora com elementos de isopor ou madeira, estruturados e articulados entre si sobre modelos de terrenos. Esse exercício demorou muitos anos para se consolidar e, lentamente, foi deixando de ter um caráter gramatical para ter uma característica típica de simulação da realidade, como qualquer exercício do curso de Arquitetura e Urbanismo, e assim permanece com algumas variações até 2006, na disciplina obrigatória AUP 0650 – Arquitetura da Paisagem.

A grande novidade do período, um marco metodológico e conceitual, foi a introdução do uso do chamado máscara de espaços livres, também conhecida como figura-fundo por muitos, e a qual visava expor ao aluno como eram e onde estavam os espaços livres urbanos.

Cada estudante deveria, como primeiro exercício do semestre, fazer sobre sua quadra de moradia uma marcação de todos os espaços livres de edificação em três pranchas – na primeira, todos os espaços livres em amarelo; na segunda, os espaços livres públicos e privados deveriam ser marcados em azul claro e azul escuro, respectivamente, e, por fim, os espaços livres visualmente acessíveis do ponto de vista do pedestre deveriam ser marcados em linhas em vermelho. Além dessas máscaras, pedia-se a avaliação de uso do espaço livre, a construção da morfologia da quadra em perspectiva isométrica e o uso do solo existente.

A aplicação desse exercício durou muitos anos e servia como introdução ao universo paisagístico a partir de sua quadra de origem, fato este que facilitava a compreensão, pelo aluno, das solicitações dos professores.

O uso das máscaras se originou de estudos desenvolvidos por Miranda para sua tese de livre-docência em 1982, intitulada Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana, decorrentes da busca intensa da professora pela compreensão da dimensão paisagística da metrópole paulistana e de seus espaços livres e para a qual foi escrito o texto “O espaço livre, objeto de trabalho”, no qual, pela primeira vez, Miranda colocou ao público e por escrito seus conceitos sobre espaços livres de edificação e urbanização.

A pesquisa, desenvolvida entre os anos de 1978 e 1982, foi realizada em grande parte com recursos próprios e envolveu dez alunos de graduação e o professor Silvio Soares Macedo, os quais colaboraram com Miranda na construção de um imenso acervo gráfico, com objetivo de ilustrar e complementar os conceitos a serem aplicados e expostos na tese.

Essa, por motivos de prazos, não apresenta em plenitude todo o conhecimento que a professora havia desenvolvido e o qual foi apresentado posteriormente em outros textos, especialmente

aquele levado ao II SEDUR – Seminário de Desenho Urbano em 1986, intitulado “O parque no desenho urbano”. Em seus anexos estão contidos os mapas síntese sobre São Paulo, especialmente concebidos para a tese e, com texto, as primeiras máscaras de espaços livres elaboradas por Miranda, que dariam origem ao exercício citado.

A tese e, principalmente, a pesquisa se prestaram ao aumento do arcabouço teórico e metodológico de Miranda que, na época, já orientava na pós-graduação da Escola a maioria dos professores da equipe, além de alunos como Benedito Abbud e Vladimir Bartalini, os quais se tornariam, mais tarde, professores de Paisagismo na FAUUSP.

Nessa década foram alunos de Miranda e de Silvio Macedo na graduação, Eugenio Queiroga e Fabio Mariz Gonçalves que, na década seguinte, seriam seus orientandos na pós-graduação e viriam a ingressar como professores de Paisagismo da Escola anos mais tarde.

Especialização

A formação de arquitetos com entendimento do que fosse Paisagismo sempre foi o foco das atividades do grupo de professores de Paisagismo na FAUUSP, mas a solicitação por professores e especialistas sobre o assunto era uma demanda concreta, já no final dos anos de 1970 e, por iniciativa de Miranda, foi montado o primeiro curso de especialização sobre a matéria, em 1981.

O curso foi dividido em duas partes: a primeira – um conjunto de grandes conferências e palestras ministradas pelos maiores expoentes em seus campos de conhecimento como Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, climatólogo, Aziz Ab’ Saber, geomorfólogo, Rosa G. Kliass, paisagista e muitos outros, além das professoras Miranda e Maria Angela da área de Paisagismo da FAUUSP; a segunda parte consistiu em uma atividade de ateliê concentrada, na qual cada aluno discutiu seus trabalhos com os professores do grupo e com o professor Vladimir Bartalini (da PUC-Campinas, especialmente convidado), que viria a ser contratado como docente de Paisagismo pela faculdade.

Ao final do curso os trabalhos individuais, agrupados por temáticas, foram apresentados em seminários temáticos e muitos chegaram a ser publicados em revistas científicas.

O curso foi um sucesso e foram formados cerca de 80 especialistas, a maioria deles trabalhando com Paisagismo ainda em 2006, em docência ou projeto, e muitos foram incorporados a órgãos públicos.

A esse curso pioneiro sucederam-se muitos outros pelo Brasil, mas na FAUUSP somente um outro foi organizado em 1989 pelos professores de Paisagismo, já em um momento em que Miranda tinha se afastado em virtude de uma aposentadoria voluntária e, para todos, precoce.

O curso formatado por Miranda teve como objetivo principal o aumento do número de profissionais, formalmente, habilitados para responder a questões paisagísticas, em um momento em que a pós-graduação *stricto sensu* ainda era incipiente e a demanda por paisagistas já era expressiva.

A estrutura didática adotada, focada em um ciclo de palestras e trabalhos individuais espelhava a formação do paisagista de então, e da própria Miranda, que aprendeu o ofício e a teoria de um modo autodidata, na prática do escritório, na leitura e palestras, inclusive de alguns de seus convidados para o curso, em uma busca incessante pelo conhecimento. Naquele momento ela viu a oportunidade de trazer para muitos, de um modo sintético e processado, este conhecimento, além de pessoalmente transmitir sua larga experiência teórica acumulada.

Foi um curso informativo e interdisciplinar, como devem ser os cursos de especialização, sintético e amplo no sentido de propiciar aberturas ao pensamento. Para a equipe de professores, a

maioria já tendo trabalhado como instrutores e assessores, foi uma chance de entrar, a maioria pela primeira vez, em contato direto com autores importantes e ampliar significativamente seus conhecimentos e sua experiência didática, na medida em que não estavam mais lidando com alunos de graduação, mas com profissionais de diversas formações, muitos mais velhos que os próprios professores.

Pós-Graduação e Pesquisas – Reflexos Sobre a Graduação

Os anos 1980 foram caracterizados pela estruturação do Paisagismo no âmbito da pós-graduação da FAUUSP e decisivos na construção teórica da área na USP. Foram tempos de um só orientador, Miranda, e as disciplinas foram estruturadas por ela para colaborar nas diversas pesquisas em andamento de seus professores-alunos-orientandos. Somente na década seguinte teriam, de fato, um rebatimento direto no ensino da graduação, com a colaboração dos professores Paulo Pellegrino, que desenvolveu estudos importantes sobre planejamento a paisagem; Fabio Mariz Gonçalves e Silvio Soares Macedo, voltados aos estudos da paisagem urbana; e dos professores Maria Angela F. P. Leite, Catarina Lima e Euler Sandeville, com suas construções teóricas sobre paisagem e história do paisagismo. Nos anos 1980, os conceitos desenvolvidos pela professora em suas pesquisas tiveram um reflexo direto sobre as disciplinas de graduação, de forma que, apreendidos pelos professores do grupo em reuniões e orientações e convertidos em exercícios, textos e conteúdos de aulas, alteraram o modo de olhar a paisagem e o paisagismo dos estudantes de graduação de então, dos quais muitos, pela adoção deste novo modo de entendimento, acabaram por ingressar na área de trabalho, tanto na área de ensino e pesquisa como em escritórios de paisagismo.

Conclusão

Certas figuras no panorama do conhecimento destacam-se pela adequada percepção que tiveram, do momento histórico vivido para se desenvolver, não só de um modo pessoal, como para contribuir na formação de muitos outros, criando uma escola, um modo de pensar diferenciado e adequado às necessidades sociais emergentes. Esse é o caso de Miranda que, ao receber o encargo de responsabilizar-se pela falida disciplina de Paisagismo da FAUUSP, transformou-a em uma das muitas disciplinas de pós e graduação de um grupo de ensino e pesquisa consistente e atuante. A consolidação conceitual e metodológica do paisagismo brasileiro, por meio da mudança citada de seu objeto de referência – da vegetação para os espaços livres e da paisagem meramente visual e pitoresca para a paisagem como resultado de processos sociais e ambientais – é a grande contribuição de Miranda que, para tanto, apoiou-se em estudiosos de ponta em termos de Brasil, como Olga Cruz, Aziz Ab’Saber, Carlos Augusto F. Monteiro entre outros, destacando-se o trabalho com Milton Santos, a quem acolheu em suas disciplinas de pós-graduação, em seu retorno ao Brasil, e de quem se tornou parceira intelectual nos anos 1980. Desse encontro não se tem nenhum texto escrito, exceto citações do próprio Milton em um de seus livros¹ e na memória dos alunos de pós-graduação, os quais tiveram a chance de conviver com os dois em suas aulas conjuntas.

Essas parcerias, e seus estudos e procuras constantes, resultaram na consolidação de um modo de pensar o Paisagismo, na escala do território, bem mais consistente e adequado às demandas nacionais que aquele utilizado no Paisagismo de então, baseado em textos e procedimentos de Ian McHarg, Simonds e outros paisagistas americanos contemporâneos, então uma vanguarda teórica e metodológica.

Os resultados vieram nos anos 1990 e nos primeiros anos do século XXI, com o aprofundamento e aperfeiçoamento dos fundamentos desenvolvidos nos anos 1970 e 1980 por seus alunos, e alunos de seus alunos, e com a consolidação e expansão do programa de pós-graduação da

FAUUSP, que criou a condição para a criação da primeira área de concentração em Paisagismo do país – a área de concentração Paisagem e Ambiente, composta, em 2006, de 16 professores e da qual a própria Miranda faz parte.

Seus primeiros discípulos, como Maria Angela F. Pereira Leite, Paulo Pellegrino, Maria A. Franco, Vladimir Bartalini, Catarina Lima, Euler Sandeville Jr. e Silvio Soares Macedo já formaram inúmeros discípulos, criaram e participam de núcleos de pesquisa de renome e iniciaram a produção de textos e livros. A revista da área *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, criada ainda no tempo de docência de Miranda e por ela incentivada, no início um simples caderno reunindo alguns artigos, resultado de uma impressão fotocopiada patrocinada pelos professores, transformou-se na única revista científica do país sobre o assunto, sendo atualmente o veículo de divulgação de textos e pesquisadores do país todo.

Os resultados foram vindo aos poucos, mesmo lentos a princípio, tendo alguns fracassos naturais, sucessos, textos e seminários. A partir da atuação de Miranda, o Paisagismo no Brasil nunca mais será entendido somente como jardinagem.

Nota

(1) *Metrópole corporativa fragmentada: O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.